



ALTERAÇÕES NA CONFEDERAÇÃO

Desde maio de 1992, o Dr. João Elísio Ferraz de Campos, ocupa a presidência da FENASEG, hoje denominada CNSeg. Naquela ocasião, foi tornada pública a "Carta de Brasília", sintetizando os propósitos da nova diretoria, bem como posicionando-se em favor da livre iniciativa, da economia de mercado e também do liberalismo justificável. É um documento vigoroso e robusto e que tem por orientação os valores éticos, fundamentais ao mundo dos negócios e também nas relações humanas em geral. A "Carta de Brasília" tornou-se uma espécie de "vade-mecum", isto é, de uso frequente, roteiro, guia, etc.

São 17 anos de lutas, de realizações e conquistas, em cuja travessia houve a busca incessante pelo bem-estar da sociedade, da paz social, da valorização do trabalho, da cidadania, tendo por escopo a livre iniciativa e a humanização do progresso.

Agora, para surpresa nossa, o Dr. João Elísio decidiu deixar aquela entidade, por compreender que já deu sua contribuição para o setor. Como justificativa de sua saída, João Elísio explica que, doravante, irá dedicar-se a seus próprios negócios, inclusive da seguradora onde é presidente do conselho.

Desnecessário dizer o quanto sentimos pela saída de tão importante figura, cujo perfil humano, pelas suas qualidades de liderança e alto desempenho, soube impor-se à admiração dos seus pares. A sua jornada foi assinalada por grandes realizações.

Em todas as ocasiões nunca demonstrou vacilação em exigir das autoridades federais a quebra do monopólio do IRB, a reforma da previdência, a privatização do Seguro de Acidentes do Trabalho e a regulamentação do artigo 192 da Constituição. A "Carta do Rio de Janeiro", lançada por ocasião das comemorações do cinquentenário da FENASEG, é uma ratificação aos termos da "Carta de Brasília", declarando tacitamente, que "Para tanto, as empresas seguradoras, responsáveis pela formação de parcela significativa da riqueza nacional, firmam neste momento, em presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

sua disposição de presença participativa no debate sobre as questões essenciais no desenvolvimento do país, à busca da tranquilidade e da Paz Social."

É de suma relevância o papel que desempenhou ao longo desses anos, cuja aspiração maior sempre esteve voltada para os grandes temas nacionais, colocando o seguro como instrumento insubstituível na proteção dos patrimônios e na garantia de rendas das pessoas e até da própria saúde delas. Não mediu esforços diante da realidade brasileira e nem se intimidou com os obstáculos e as adversidades do caminho. Ao contrário: procurou superá-los com determinação e coragem, olhando o futuro com otimismo e acreditando no crescimento do seguro nacional e no desenvolvimento do Brasil.

João Elísio deixa a CNSeg com uma infra-estrutura bem sedimentada, pois além da criação de 4 federações, a Confederação mantém a central de serviços para todas as seguradoras em vários níveis.

As alterações na CNSeg, abrangem também: a reforma do estatuto e a antecipação do fim do mandato atual; a cada três meses, a reunião da diretoria contará com a presença dos presidentes dos Sindicatos Regionais; a composição da diretoria se mantém como atualmente, sendo que o presidente do Conselho de Administração da Seguradora Líder participará das reuniões da diretoria, sem direito a voto, tal qual acontece com o representante da FUNENSEG; entre os membros natos da diretoria, ou seja, os presidentes das federações, poderá haver mais de uma pessoa pertencente a uma mesma empresa ou grupo econômico.

Vale ressaltar que a eleição da nova diretoria da CNSeg, coincidirá com as eleições nos Sindicatos Regionais, no mês de abril de 2010.

Agradecemos em nome do mercado segurador do Paraná e Mato Grosso do Sul, ao Dr. João Elísio Ferraz de Campos, todas as atenções e benefícios que foram e estão sendo proporcionados, pois com eles estamos levando para toda a sociedade, a real imagem do mercado brasileiro de seguros.

:: CRESCIMENTO É DESTAQUE NA FIDES

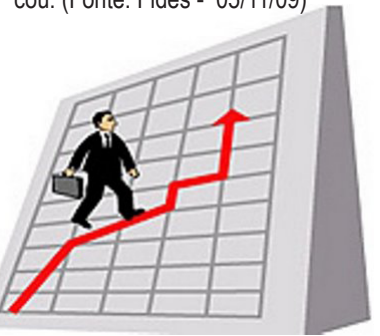
Frank Keating, presidente do American Council of Life Insurers (ACLI), foi encarregado de dar início às atividades da XXXII Conferência Hemisférica de Seguros que a Federação Interamericana de Empresas de Seguros (FIDES) realizou em Las Vegas (Estados Unidos).

Em seu discurso inaugural, assegurou que a América Latina tem muito a contribuir com a recuperação da crise financeira internacional. Ele destacou também que "suas economias não foram tão severamente afetadas como a dos Estados Unidos em termos de seguros e de fundos de aposentadoria.

Keating enfatizou a importância de trabalhar como uma indústria para convencer as pessoas que agora são jovens a economizar para o futuro, pois enquanto em 1950 os trabalhadores se aposentavam aos 65 anos e viviam até os 69, hoje eles se aposentam aos 62 e vivendo até os 80 anos. O presidente da FIDES, Augusto Salame, disse que as notícias para a América Latina tem sido muito boas, inclusive a do aumento da participação do seguro em nível mundial, que passou de 2,16% para 2,46% em dois anos, e que "os mercados latinoamericanos não precisaram fazer resgates e aquelas empresas que tiveram algum tipo de problema já estão se recuperando." Por sua vez, o presidente da Associação de Superintendentes de Se-

guros da América Latina (ASSAL), Felipe Tam, fez um apanhado sobre a situação do mercado ibero-latinoamericano, no qual apenas dois países superam 7% de penetração de seguros entre a população, com Porto Rico em primeiro lugar (15%), seguido de Portugal (9,2%), o que ainda dá uma margem muito grande para crescimento na região. Ele destacou que ainda que Brasil e México ostentam 60% dos prêmios da América Latina. Brasil, ao emitir prêmios de 46 bilhões de dólares, está acima do México, que registra 19 bilhões de dólares.

Já Antonio Cassio dos Santos, presidente da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), revelou alguns números do crescimento no Brasil. "De 1999 a 2008 este ramo cresceu 400%. Isto se deve a fatores como estabilidade econômica, as diferentes modalidades em que se oferece seguro de Vida e os incentivos fiscais", explicou. (Fonte: Fides - 05/11/09)



:: PROJETO DE LEI

Empresas poderão ser obrigadas a contratar seguro de vida para funcionários.

Projeto de lei apresentado pelo deputado federal Dr. Nechar (PP/SP) obriga todas as empresas inscritas no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) do Ministério da Fazenda a contratar seguro de vida para seus funcionários.

Pela proposta, segundo informações do CQCS (Centro de Qualificação do Corretor de Seguros), a apólice de vida deverá garantir um capital superior a 40 salários mínimos, limitado ao valor máximo de 250 mínimos. Se aprovada, as empresas já inscritas no CNPJ terão um ano para se adequar e as despesas poderão ser abatidas do imposto de renda anual.

Empresas estipulantes

O deputado propõe ainda que as empresas figurem como estipulantes na apólices. Estipulante é toda

pessoa física ou jurídica que contrata seguro por conta de, podendo eventualmente assumir a condição de beneficiário, se equiparar ao segurado, nos seguros obrigatórios, ou de mandatário do(s) segurado(s), nos seguros facultativos.

"O seguro de vida é, sem dúvida, uma das grandes formas de valorização da dignidade da pessoa humana, amplamente protegida no texto constitucional pátrio. Vivemos em um país como uma crescente taxa de mortalidade que, na maioria das vezes, se transforma em situação de alto risco, quando a família do falecido fica à beira da miséria e sem condições de reestruturação. O projeto visa assegurar o seguro de vida a todos os trabalhadores que exercem suas diversas atividades em pessoas jurídicas, nas diversas modalidades", afirma o parlamentar Dr. Nechar. (Fonte: InfoMoney - 06/11/09)



:: INCIDÊNCIA DE IR

Ao manifestar-se sobre a cobrança de IR no seguro de vida com cláusula de sobrevivência, a Receita Federal informou que "O capital segurado pago por sobrevivência do segurado ao período de diferimento está sujeito à tributação na fonte, com aplicação da tabela progressiva mensal, como antecipação do imposto devido no ajuste anual, tendo como base de cálculo o resultado da diferença positiva entre benefício recebido e prêmios pagos".

Seu entendimento é de que "os resgates totais de recursos acumulados estão sujeitos à tributação na fonte, com aplicação da tabela progressiva, como antecipação do imposto devido no ajuste anual, calculado sobre os rendimentos, representados pela diferença positiva entre o valor recebido e o somatório dos prêmios pagos. O dividendo pago está sujeito à tributação na fonte, com aplicação da tabela progressiva mensal, como antecipação do imposto devido no ajuste anual, sem deduções. A disponibilização de assistência financeira para segurado não se sujeita à incidência

do imposto de renda. A eventual utilização do capital segurado para a quitação do referido empréstimo corresponde a resgate, devendo ser tributado como tal, conclui o parecer da Receita, que toma como base os seguintes dispositivos legais: art. 1º a 3º da Lei Nº 11.053, de 2004; art. 63 da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; art. 1º da Medida Provisória Nº 340, de 29 de dezembro de 2006; art. 11 a 15 da Instrução Normativa SRF Nº 588, de 2005; art. 2º, 5º, 7º, 8º, 40, 42, 54, 56, 74 e 75 da Resolução CNSP Nº 140, de 2005, alterada pela Resolução CNP Nº 148, de 2006. (Fonte: Viver Seguro - 03/11/09)



:: SEGURO PARA JORNALISTAS

Texto aprovado obriga empresas jornalísticas a contratar seguros com coberturas a riscos de morte e invalidez a jornalistas transferidos para áreas de conflito. A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que obriga as empresas jornalísticas a contratar seguro de vida, com cobertura relativa a riscos de morte e invalidez, para jornalistas profissionais transferidos para áreas de conflito.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS) ao Projeto de Lei 5177/05, do deputado Celso Russomanno (PP-SP). No substitutivo, o relator estipula a cobertura mínima do seguro em 250 salários mínimos (R\$ 116.250, em valores atuais). A

proposta original previa mil salários mínimos (R\$ 465 mil).

Na concepção de Resende, para algumas empresas, em especial rádios do interior, o valor do prêmio inicialmente proposto inviabilizaria a contratação de profissionais. Ele argumenta que, principalmente após a derrubada da exigência de diploma para o exercício do jornalismo pelo Supremo Tribunal Federal, as empresas deixariam de contratar jornalistas profissionais. O projeto ainda terá análise conclusiva das comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Fonte: Negócios para Corretores - 29/10/09)

:: SEGURO PRESTAMISTA

Os seguros do tipo prestamista, de vida em grupo conjugado com acidentes pessoais e assistência funeral devem ser os primeiros produtos de microsseguro a surgirem no Brasil, segundo consta do relatório final da Comissão Consultiva de Microsseguro.

Concluído no último mês de setembro, o documento diz também que a legislação de microsseguros deve estabelecer parâmetros objetivos para o segmento, como vigência mínima; importância segurada máxima, definida por ramo de seguro; prazo máximo para liquidação de sinistros (inferior ao prazo fixado para seguros tradicionais); formas de contratação (por bilhetes ou apólices); além da documentação máxima exigida em caso de sinistro, também definida por ramo.

A legislação deve determinar ainda as condições de comercialização e requisitos necessários, como custo máximo de apólice; necessidade de aprovação prévia de produtos; canais de distribuição permitidos; critérios e requisitos de governança, conduta de mercado, entre outros.

Previsto para entrar no mercado

brasileiro até 2011, os microsseguros tem expectativa de movimentação de, no mínimo, R\$ 1,5 bilhão nos dois primeiros anos.

Criado para atender às necessidades específicas da população de baixa renda, sob uma nova regulamentação e com canais de vendas diferenciados, para a Susep (Superintendência de Seguros Privados), o produto contribuirá para diminuir o hiato entre a pequena parcela da população protegida por seguros e a grande quantidade de pessoas sem nenhuma proteção. "O microsseguro será uma ferramenta de inclusão social, autosustentável e trará benefícios para todos, principalmente para a população de baixa renda que terá, pela primeira vez, um seguro acessível. As pessoas terão condições de contratar coberturas para proteger seu patrimônio contra os riscos. Ao mesmo tempo, possibilitará novos negócios para o mercado segurador", avalia o superintendente da Susep, Armando Vergílio dos Santos Júnior. (Fonte: InfoMoney | Gladys Ferraz Magalhães - 27/10/09)

:: CAPTAÇÃO DE PREVIDÊNCIA

Os planos de previdência privada aberta estabeleceram um recorde na captação em agosto, que totalizou R\$ 3,089 bilhões, crescimento de 34,35% comparando-se aos depósitos feitos no mesmo mês do ano passado (de R\$ 2,299 bilhões). Cabe ao VGBL puxar a arrecadação, tendo em vista que as contribuições nessa modalidade somaram R\$ 2,4 bilhões, expansão de 39,61%. Um ano antes, os depósitos para o VGBL alcançaram R\$ 1,719 bilhão. A captação de agosto deste ano foi a mais alta no mês desde 2004.

Já o PGBL - produto de previdência adequado para quem faz a declaração completa do Imposto

de Renda e que permite deduzir até 12% do montante a ser pago à Receita Federal - cresceu 27,69% no período com captação de R\$ 432,484 milhões (na comparação aos R\$ 338,692 milhões registrados no mesmo período do ano anterior).

Por sua vez, a captação dos planos tradicionais teve crescimento em agosto 2009 em relação ao mesmo mês de 2008: R\$ 254,605 milhões contra R\$ 239,369 milhões, respectivamente. Os outros produtos de previdência (Fapi, PGRP e VGRP) captaram R\$ 1,480 milhão, com retração de 22,47%. (Fonte: Monitor Mercantil - 28/10/09)

Acompanhe e divulgue o programa "VIVER SEGURO"



:: "FUNDO CATÁSTROFE"

O fundo oficial do governo que irá lastrear as operações de seguro rural no país terá um aporte inicial de R\$ 2 bilhões em títulos do Tesouro Nacional em 2010, mas exigirá injeções anuais de recursos públicos até 2025. Mesmo sem ser avalista, a União terá 90% das cotas e se compromete a capitalizar o fundo, no mínimo, com outros R\$ 2 bilhões até o ano de 2012. Principal instrumento de mitigação de riscos do setor rural, o novo "fundo de catástrofes" passará a garantir a cobertura de prejuízos dos produtores com problemas climáticos, pragas e doenças nos ramos agrícola, pecuário, aquícola e florestal. O relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) ao texto enviado pelo governo ao Congresso foi apresentado ontem e deve ser votado na Comissão de Agricultura na próxima semana.

O texto do relator altera as regras do subsídio ao prêmio do seguro rural, cujo orçamento sairá do Ministério da Agricultura para a rubrica "Operações Oficiais de Crédito", sob gestão do Ministério da Fazenda. O substitutivo do deputado Moacir Micheletto dobrou as resistências do Ministério da Fazenda em emitir títulos da dívida para capitalizar o fundo e garantiu a isenção de PIS-Cofins nas contribuições de seguradoras, resseguradoras e empresas do agronegócio ao fundo. As cotas do fundo de catástrofe não pagarão Imposto de Renda e CSLL.

:: SEGURO POPULAR

Depois de fracassada a primeira tentativa de instituir um seguro popular no país, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) vai fazer uma nova tentativa, desta vez com apoio internacional. O titular do órgão, Armando Vergílio dos Santos, anunciou ontem a entrada do Brasil em um programa mundial chamado "Iniciativa de Acesso ao Mercado de Seguros", que terá apoio e recursos de organizações multilaterais como Banco Mundial e a Associação Internacional de Supervisão de Seguros (IAIS).

A ideia é massificar o seguro como proteção às pessoas de baixa renda, através de produtos simplificados e de baixo custo como auxílio funeral e acidentes pessoais. "Para a baixa renda, tem que ser um seguro pensado para atender às necessidades específicas. Não pode ser pago em banco, não pode haver emissão de apólice (que tem custo elevado)", explicou.

Os vaivéns já atrasaram em um ano a criação do novo fundo. Mas Micheletto acredita em uma rápida tramitação do projeto no Congresso. "Estou convencido de que a sua aprovação será breve, mesmo porque há um acordo de líderes nesse sentido", disse o relator.

As metas do novo fundo são elevar a cobertura do seguro rural dos atuais 3% para até 70% dos produtores nos próximos 20 anos. O fundo deve ser "autossuficiente" e "autorregulado" como uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), gerida em sistema de parceria público-privada. Se os sinistros superarem o valor do patrimônio do fundo, a União bancará a diferença. Os recursos cobrirão eventuais perdas e indenizarão o produtor.

Pelo texto, as operações serão garantidas por coberturas suplementares, feitas por meio de contratos "stop-loss" no total de duas ou três vezes o valor do prêmio cobrado dos produtores. As seguradoras concordaram em pagar um prêmio ao fundo que seria proporcional ao risco da carteira e equivalente ao cobrado dos produtores. Esses recursos servirão para realimentar o "fundo de catástrofe" e evitar a dilapidação do patrimônio. O fundo socorrerá as seguradoras quando houver "sinistros" acima de 1,5 vez o valor segurado. O fundo também poderá fazer o resseguro dessas coberturas suplementares. (Fonte: Valor Econômico - 26/10/09)

Há cerca de cinco anos, a Susep regulamentou um "seguro popular" de vida e automóveis. Mas, como admitiu Vergílio, "não se consolidou". Segundo ele, já está em análise uma nova regulamentação em que "a simplicidade do contrato será o orientador dos próximos passos". Isso significa que os seguros seriam emitidos, não com contratos individuais, mas a partir de um "clausulado" básico. Vergílio disse que estuda duas "possibilidades" para "disseminar a cultura de seguros" entre o público alvo, que são as cerca de 100 milhões de pessoas que vivem com menos de três salários mínimos. Uma delas é distribuir seguros através do programa Bolsa Família (cerca de 50 milhões de pessoas). Outra é organizar um "pool" de seguradoras que, mediante um incentivo do tipo redução de carga fiscal, fariam a emissão e distribuição "sem fins lucrativos". (Fonte: Valor Econômico | Finanças - 23/10/09)

:: RECURSOS DE PROGRAMA MUNDIAL

O Brasil é forte candidato a receber de organismos internacionais parte dos recursos que serão destinados ao programa mundial "Iniciativa de Acesso ao Mercado de Seguros", o qual foi lançado nesta quinta-feira, no Rio de Janeiro, no primeiro dia da 16ª edição da Conferência Anual da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS). A revelação foi feita pelo superintendente da Susep, Armando Vergílio dos Santos Junior, que também preside o Subgrupo da IAIS para Microseguros.

A expectativa do Banco Mundial é investir de US\$ 10 milhões a US\$ 12 milhões, em um prazo de cinco a sete anos, no fomento de microseguros em países em desenvolvimento.

Segundo Armando Vergílio, o microseguro tem grande importância para a realização da meta de acesso ao mercado de seguros. "O desafio que se apresenta hoje é elaborar normas que permitam oferecer serviços de seguro acessíveis para população de baixa renda, sem expor os clientes a riscos e custos desnecessários. É um desafio que enfrentaremos", observou.

Além do Banco Mundial e da IAIS, esse programa mundial tem como parceiros o Grupo Consultivo para Assistência aos Pobres (CGAP), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Federal Alemão de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o FinMark Trust.

Essa iniciativa foi concebida para capacitar e treinar supervisores de seguros a promoverem a expansão do acesso da população de baixa renda aos mercados de seguros. O resultado esperado é a contribuição para melhores políticas de regulamentação e supervisão compatíveis com as normas internacionais de

seguro, incentivando o investimento no setor de seguros e o desenvolvimento de operações sustentáveis de microseguro nos mercados emergentes.

Na solenidade de lançamento do programa, o presidente do Comitê Executivo da IAIS e Diretor do Organismo para o Mercado Financeiro da Áustria, Peter Baumüller, afirmou que essa é "mais uma ação do compromisso assumido pela IAIS de facilitar o acesso ao financiamento, promovendo abordagens satisfatórias na esfera da regulamentação, supervisão e elaboração de normas para o acesso ao financiamento".

Já o presidente do Comitê de Implementação da IAIS e também do Órgão de Desenvolvimento e Regulamentação de Seguros (Insurance Regulatory and Development Authority - IRDA) na Índia, J Hari Narayan frisou que essa iniciativa conjunta estabelece as bases para uma parceria profunda e sustentável, visando à expansão do conhecimento e a capacitação dos supervisores.

"Minha previsão é de que logo empregaremos este conhecimento para enfrentar os desafios e beneficiar-nos das oportunidades que surgirão", observou. (Fonte: CQCS | Jorge Clapp - 23/10/09)



:: AGENDA

Programa Viver Seguro: SINDSEG-PR/MS + SINCOR-PR + CNSEG

11/11/09 - Green Hall - Av. Nossa Sra da Luz, 2169 - Curitiba - PR - 19:30

12/11/09 - Buffet Imperial - Av. das Torres, 2500 - S. J. dos Pinhais - PR - 19:00

17/11/09 - Buffet American Grill Eventos - BR-476, 4501 - União da Vitória - PR - 19:00

18/11/09 - Paraná Clube - Av. Pres. Kennedy, 2377 - Curitiba - PR - 19:30

TROFÉU PINHÃO DE OURO

26/11/2009 - Central Hall - Rua João Negrão, 1.140 - Curitiba - Paraná

Informações e convites: www.cvgpr.com.br ou (41) 3232-6453

Realização CVG-PR

Curso Técnico de Seguro D&O

Início 04/12/2009 - inscrições no unidadepr@funenseg.org.br ou (41) 3264-9614 / 3263-3106